

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

2



Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi

(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
2**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-050-6

DOI 10.22533/at.ed.506191601

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Espaço urbano. 3. Patrimônio cultural. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 2, apresenta 24 capítulos sobre os aspectos relevantes do espaço urbano das cidades brasileiras apresentando uma diversidade de pressuposições. Os capítulos exibem a preocupação em relatar as particularidades de caráter social, econômico, político e cultural sob as diferentes perspectivas dos autores que disponibilizaram seus estudos nesta obra.

Os capítulos se dedicam a apresentar estudos atuais como as cidades inteligentes e o potencial para desenvolvimento urbano, o direito a cidade e a crise do capital, sustentabilidade nas cidades, as comunidades tradicionais e as suas distinções culturais no campo, representações sociais nas cidades e o Patrimônio histórico com significados normativos e sociais no espaço urbano.

Neste volume, os capítulos apresentam uma riqueza de detalhes e peculiaridades do espaço urbano e suas pressuposições. A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SMART CITIES NO BRASIL - REALIDADE OU AINDA SONHO?	
<i>Patrícia Pacheco Alves de Oliveira</i>	
<i>Hugo Bona de Carvalho</i>	
<i>Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916011	
CAPÍTULO 2	13
CITY MARKETING, TURISMO E IDENTIDADE: ENTRE A PERCEPÇÃO E A POTENCIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DA VILA DE PARANAÍACABA	
<i>Fernanda Figueiredo D'Agostini</i>	
<i>Tania Cristina Bordon Miotto Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916012	
CAPÍTULO 3	24
O DIREITO À CIDADE NO PROJETO ORLA	
<i>Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares</i>	
<i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916013	
CAPÍTULO 4	37
A CRISE DO CAPITAL E A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE	
<i>Rayssa Bernardino de Lacerda</i>	
<i>Maria de Lourdes Soares</i>	
<i>Edna Tânia Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916014	
CAPÍTULO 5	47
RELAÇÕES HUMANAS E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: A REALIDADE DAS CIDADES	
<i>Elisangela Artmann Bortolini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916015	
CAPÍTULO 6	60
IMPACTOS TERRITORIAIS NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE MANGUINHOS (SERRA/ES): UM ESTUDO DE CASO	
<i>Pauliane Gonçalves Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916016	
CAPÍTULO 7	84
PRODUZIR CONVENCIONALMENTE OU INOVAR? O MAPA DA ACEITAÇÃO: A SUBJETIVIDADE EM JOGO - ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE DIAMANTE D'OESTE PARANÁ	
<i>Andre Luiz de Souza</i>	
<i>Miguel Ângelo Lazzaretti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916017	

CAPÍTULO 897

POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: SINGULARIDADE DA EXISTÊNCIA E CONFLITOS COM O AGRONEGÓCIO

Anatália Daiane de Oliveira Ramos
Cristiano Apolucena Cabral
Eva Emilia Freire do Nascimento Azevedo
Edson Caetano

DOI 10.22533/at.ed.5061916018

CAPÍTULO 9 109

MESSIANISMO E CANGAÇO DESVENDADOS EM VERSO E PROSA

Dora Vianna Vasconcellos

DOI 10.22533/at.ed.5061916019

CAPÍTULO 10 120

NOS RASTOS DA FEIRA INTERNA E EXTERNA

Thiago Oliveira da Silva
Anderson Przybyszewski Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160110

CAPÍTULO 11 129

DA ILHA A METRÓPOLE: PARTICULARIDADES E CONSEQUÊNCIAS DE UM PERCURSO CERCADO DE PERSPECTIVAS, DESILUSÕES E DISTINTAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Clícia Danielly Barbosa Alcântara
David das Neves Aires
Maria Lúcia Dias Gaspar Garcia

DOI 10.22533/at.ed.50619160111

CAPÍTULO 12 140

CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO SOCIAL: ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES CONTRÁRIAS À MINERAÇÃO DE OURO EM PARACATU, MG

Luís Fernando Silva Andrade
André Luiz de Paiva
Valderí de Castro Alcântara
Flávia Luciana Naves Mafra

DOI 10.22533/at.ed.50619160112

CAPÍTULO 13 159

O CENÁRIO HABITACIONAL E SUA REPERCUSSÃO NA VIDA DO IDOSO BRASILEIRO

Eleusy Natália Miguel
Simone Caldas Tavares Mafra

DOI 10.22533/at.ed.50619160113

CAPÍTULO 14 170

A JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA: QUILOMBO BOA VIDA MATA CAVALO

Elen Carolina Martins
Marluce Aparecida Souza e Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160114

CAPÍTULO 15..... 185

ESTRATÉGIAS DE PESQUISA DOCUMENTAL EM RUAS COMERCIAIS DE INTERESSE HISTÓRICO: O CASO DA AVENIDA DUQUE DE CAXIAS EM LONDRINA-PR

Eloisa R. Ribeiro Rodrigues

Elisa Roberta Zanon

Letícia Cabrera

DOI 10.22533/at.ed.50619160115

CAPÍTULO 16..... 202

O MERCADO IMOBILIÁRIO COMO DOCUMENTO: O CASO DO APARTAMENTO CONTEMPORÂNEO DO SÉCULO XXI NA CIDADE DE SÃO PAULO

Gabriela Tiemi Minagawa Yokota

Sandra Regina Casagrande de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.50619160116

CAPÍTULO 17 221

BOA ESPERANÇA ONTEM E HOJE: A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE FURNAS.

João Paulo Chagas Maia Vilela

Mauro Santoro Campello

DOI 10.22533/at.ed.50619160117

CAPÍTULO 18..... 237

IMAGEM E ARQUITETURA: DIÁLOGOS ENTRE IDENTIDADE E MEMÓRIA SOCIAL NAS PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS EM PALMAS – TO

Thiago Henrique Omena

Bruna Coelho Alves Meneses

Estéfani Marx

Lourranny Parente Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160118

CAPÍTULO 19 253

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO: DOCUMENTO E INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

Claudiana Cruz dos Anjos

DOI 10.22533/at.ed.50619160119

CAPÍTULO 20 270

MOTIVOS PARA INVENTARIAR O INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ASSIS BRASIL – 1942, NA CIDADE DE PELOTAS/RS

Lisiê Kremer Cabral

Ana Lúcia Costa de Oliveiras

DOI 10.22533/at.ed.50619160120

CAPÍTULO 21..... 282

A RESSIGNIFICAÇÃO SOCIAL DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO REVITALIZADO

Ana Estela Vaz Xavier

Marina Xavier Carpena

DOI 10.22533/at.ed.50619160121

CAPÍTULO 22 297

O PATRIMÔNIO URBANO E ARQUITETÔNICO DA PEQUENA CIDADE DO OESTE PAULISTA: DA PERCEPÇÃO DO LUGAR PRATICADO AO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Hélio Hirao

Matheus Alcântara Silva Chaparim

DOI 10.22533/at.ed.50619160122

CAPÍTULO 23 308

AS FONTES DOCUMENTAIS PARA CONHECIMENTO E ENTENDIMENTO DA CIDADE: A LEITURA DA MORFOLOGIA URBANA DA RUA MARECHAL DEODORO ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS / LEGISLATIVOS - JUIZ DE FORA/MG

Daniel de Almeida Moratori

DOI 10.22533/at.ed.50619160123

CAPÍTULO 24 321

A VERTICALIZAÇÃO E ESPRAIAMENTO HORIZONTAL COMO RESULTADO DA ATUAL CONFIGURAÇÃO URBANA DA CIDADE DE TERESINA-PI

Giesse Monteiro Alves de Andrade

Gustavo Borges Vieira

DOI 10.22533/at.ed.50619160124

SOBRE A ORGANIZADORA 335

A VERTICALIZAÇÃO E ESPRAIAMENTO HORIZONTAL COMO RESULTADO DA ATUAL CONFIGURAÇÃO URBANA DA CIDADE DE TERESINA-PI

Giesse Monteiro Alves de Andrade

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo
São Paulo – SP

Gustavo Borges Vieira

Estácio CEUT, Centro de Ensino Unificado de
Teresina

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar, refletir e pontuar características e estratégias criadas e desenvolvidas durante a evolução da cidade de Teresina através do campo do conhecimento que trata da cidade: o Urbanismo. Por meio deste, faz-se possível a análise da dinâmica urbana e espacial da capital piauiense que mostra um crescimento contínuo, progressivo, acelerado e desigual. Teresina, cidade monocêntrica, inicialmente desenvolvida no eixo norte-sul ao longo do rio Parnaíba. Em razão do distanciamento do seu centro, sua malha urbana expandiu-se para o leste, além do rio Poti como uma medida rápida à demanda populacional. Consequente e conciliante ao processo de amadurecimento da metrópole teresinense, origina-se uma realocação do comércio e repartições institucionais para além do seu centro. Torna-se, então, uma cidade policêntrica radial, gerando corredores comerciais nas principais avenidas dos bairros da capital piauiense. Com a migração da

população de alto poder aquisitivo para os novos bairros da capital, constatou-se a concentração populacional das zonas da cidade de acordo com as classes sociais, reforçando a ideia de segregação residencial de alto status através da urbanização e verticalização de áreas específicas da malha urbana. Em contrapartida, o Estado elege como principal política pública a habitação de interesse social, promovendo a construção de inúmeros conjuntos residenciais horizontais, posteriormente apresentando-se como problemática desta tipologia na capital. Este trabalho busca analisar como ocorreu a expansão territorial de Teresina por meio da verticalização e espraiamento horizontal, averiguando suas possíveis consequências para a atual malha urbana da capital piauiense.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização; Verticalização; Espraiamento urbano.

ABSTRACT: This article aims to analyze, reflect and punctuate characteristics and strategies created and developed during the evolution of the city of Teresina through the field of knowledge that deals with the city: Urbanism. Through this, it is possible to analyze the urban and spatial dynamics of the Piauí capital, which shows a continuous, progressive, accelerated and unequal growth. Teresina, a monocentric city, initially developed on the north-south axis along the Parnaíba River. Due to the distancing

of its center, its urban network expanded to the east, beyond the Poti River as a rapid measure to the population demand. Consequent and conciliatory to the process of maturation of the metropolis, a reallocation of the trade and institutional breakdowns takes place beyond its center. It becomes, then, a polycentric radial city, generating commercial corridors in the main avenues of the neighborhoods of the piauiense capital. With the migration of the population of high purchasing power to the new neighborhoods of the capital, it was verified the population concentration of the zones of the city according to the social classes, reinforcing the idea of residential segregation of high status through the urbanization and verticalization of specific areas of the urban fabric. On the other hand, the State chooses social housing to be the main public policy, promoting the construction of numerous horizontal residential complexes, later presenting itself as problematic of this typology in the capital. This work seeks to analyze how Teresina's territorial expansion occurred through horizontal verticalization and urban sprawl, investigating its possible consequences for the current urban network of the Piauí state capital.

KEYWORDS: Urbanization; Verticalization; Urban sprawl.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta algumas características particulares em relação à evolução do crescimento urbano da cidade de Teresina associado ao espraiamento horizontal e a política de segregação residencial de alto status por meio da urbanização e verticalização de áreas específicas da área urbana. Preliminarmente, pretende-se apresentar o início do desenvolvimento da capital teresinense, de forma a fundamentar as razões para definição do atual traço urbanístico da cidade, justificando-se que um modelo de crescimento cada vez mais contínuo, progressivo, acelerado e desigual; por vezes, gerador de conflitos em soluções propostas pelo poder público no intuito de resolução ou diminuição da problemática de habitação social e infraestrutura na capital. Modelo de crescimento este, que expõe como a designação de status (classe social) é capaz de refletir na definição e na alteração do nível de amparo social (por meio de políticas públicas) nas diferentes regiões da cidade, priorizando serviços de urbanização aos mais abastados e regiões nobres da cidade, em sua maioria no entorno dos shoppings centers de alto padrão, e estabelecendo uma relação acanhada as regiões mais periféricas, cada vez mais afastadas do centro de Teresina. É fundamental destacar que as regiões periféricas não são definidas apenas por bairros sem infraestrutura (regiões já habitadas anteriormente à prestação de serviços básicos para habitação como fornecimento de água ou energia elétrica, ou caso fornecidos, possuem distribuição irregular), vez que nas zonas periféricas de Teresina estão situados os condomínios residenciais de mais alto padrão da cidade.

APURAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA CAPITANIA DO PIAUÍ

O sertão brasileiro permanece inalterado até a chegada do colonizador português, que primeiramente apresenta interesse pelas regiões litorâneas, nas quais desenvolve a cultura da cana-de-açúcar. Ao tornar-se alvo de bandeirantes em busca de riquezas materiais e em perseguição aos povos indígenas, inicia-se a exploração dessa parte do território brasileiro e o processo de colonização do sertão, posteriormente vindo a destacar tal região pelo desenvolvimento da pecuária.

Segundo Siqueira (2015), no Piauí ainda capitania, existiu forte presença da figura do bandeirante, que especificamente por mando da coroa portuguesa, visava buscar terras para a criação do gado em pretensão de afirmar o domínio sobre o território da colônia. Na figura do bandeirante presente no território piauiense destaca-se Domingos Jorge Velho, bandeirante paulista, que adentra o Piauí pelo extremo sul e estabelece fazendas nas margens do Rio Parnaíba, iniciando a colonização da região, e que destas fazendas se originavam pequenos povoados. Tendo conhecimento diante do fato anterior, que por meio de estabelecimentos de fazendas e pequenos povoados, se faz instrumento para a formação do Piauí. Por volta de 1775, oito lugarejos existentes na capitania piauiense são elevados à categoria de vila, dentre elas a vila da Mocha (atual Oeiras) denominada capital da província em 1822.

A capital era situada no interior da província, em terra sertaneja com solo seco e estéril, inadequado para agricultura, e em local de difícil comunicação com as demais vilas da província, ocasionando diversos problemas administrativos. No início do séc. XVIII, surge a proposta de mudança da capital, proposta por Fernando Antônio de Noronha. (ANDRADE,2016).

“Teresina, uma das primeiras cidades planejadas do Brasil (no ano de 1852), possui o traçado urbano inspirado pelos padrões europeu: composto por ruas estreitas com quadras organizadas em traçado perfeitamente ortogonal, criando a ideia de “tabuleiro de xadrez”. (ANDRADE,2016)

“O clima e o traçado unem-se como determinantes da criação de áreas verdes diferenciando-se de várias cidades mais antigas onde a existência de praças em seus centros era diminuta”. (ANDRADE,2016)

Diante da impossibilidade da continuidade de Oeiras como capital da província, em 1844, Dr. José Idelfonso de Sousa Ramos fez votar e sancionou a lei N° 174, de 27 de agosto de 1844, que autorizava a mudança da capital, não para Parnaíba nem para a vila do Poti, mas para a margem do rio Parnaíba. Conselheiro Saraiva escolhe a vila do Poti, já que esta seria um ponto estratégico importante, situada no entroncamento dos rios Parnaíba e Poti, e região está cortada pela rota que ligava Oeiras à Parnaíba, facilitando a comercialização e dispersão das mercadorias, sendo transportadas por navios a vapor, já que a região provia de recursos como água, alimentos, e a existência da agricultura, pecuária e economia proveniente do extrativismo de espécies locais como a carnaúba. A vila do Poti foi elevada à categoria de cidade por força da resolução

Nº 315, de 21 de julho de 1852, editada pelo presidente da província do Piauí, José Antônio Saraiva, com o nome de Teresina, em homenagem a imperatriz dona Tereza Cristina Maria de Bourbon que junto ao imperador apoiaram a ideia da realocação da capital. (ANDRADE,2016)

“O início da modernização da capital deu-se no início do século XX com a construção da ponte metálica João Luiz Ferreira em 1939, projetada pelo engenheiro alemão Germano Franz. A ponte marcou o perfil da região com estilo da arquitetura de ferro, transformando-se em um cartão postal e marco da modernização do Piauí”. (ANDRADE,2016)

Teresina: Post Card 1957/1977

Post Card 57

*na praça marechal deodoro
às nove horas falavam
da udn e do americam-can*

*um louco Jaime fazia ponto do cruzamento
da barroso com a senador pacheco sem saber
que há tempo existia a guerra fria*

*quinta-feira era dia de matar o tempo
na praça pedro segundo enquanto os sapos
copulavam nos lajedos do tanque*

*na tertúlia do clube dos diários
uma geração embalava no marasmo
esquecendo tudo mais*

*nos canteiros da avenida frei Serafim
os cupins construíam suas casas
fiando estranha quietude*

*no bar carnaúba o sol roia o marrom
das tabículas das mesinhas ao passo que
os homens de casimira cinza faziam planos*

*na paissandu os bebâdos
pregavam subversão
na praça marechal deodoro
às nove horas há velhos com suas memórias
recompondo o tempo*

*quinta-feira é um dia qualquer
e na praça pedro segundo a mudança notável
é a da posição da estátua que parece sorrir*

*no cruzamento da barroso com
a senador pacheco há um sinal que não raro
encrenca desafiando a rotina*

*não há tertúlias do clube dos diários
as baratas medrosas saem das bocas-de-lobo*

Post Card 77

*admiram os caixotes de cerveja empilhadas e
fogem*

*nos canteiros da avenida frei Serafim
putas acenam com gestos medidos
a fome é mais forte que o medo*

*não há bar carnaúba mas os homens
de casimira cinza continuam fazendo planos
cogitando não aceitando irreverências*

*a paissandu agoniza
e um bolero esquentava as entranhas da noite*

*nas calçadas da simplício mendes
um rosto magro madalena deixava brotar
estranhamente um sorriso largo de espera*

*no mercado central pretas carnudas
vendiam frito de tripa de porco
fígado picado e caninha*

*no cais do parnaíba piabas
prata saltavam das águas salobras
como no sonho de meninos
os bêbados já não falam tanto
e a frieza da noite venceu o calor dos boleros*

*madalena morreu de câncer
e nas calçadas da simplício mendes
não há nada que lembre sua presença*

*no mercado central negrinhos descarnados
catam laranjas e limões podres
em plena manhã de maio*

*o Parnaíba continua lavando as almas pagãs
dos meninos fujões*



Figura 01 – Vista da praça Pedro II.

Fonte: FUNDAC, 2014

EVOLUÇÃO DA URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE TERESINA

O ritmo de modernização pela qual a cidade de Teresina passa desde a sua fundação, reflete a ideia direta de afastar da capital e do estado do Piauí a imagem historicamente atribuída de miséria e subdesenvolvimento do até então estado mais pobre da federação. Por outro lado, expõe o modo como a política autoritária da época tratava as estratégias desenvolvimentistas, situando a população de acordo com a classe social frente às obras de modernização urbanísticas que a cidade necessitava, com o intuito de demonstrar a construção da imagem de cidade moderna, cosmopolita e que acompanhava o Brasil no processo de urbanização que este passava nas últimas três décadas do século passado.

Teresina nas décadas de 30 e 40 do século passado presencia em sua história o fato da higienização social associada a urbanização, fato este que se relata o incêndio criminoso por parte do estado de casebres de palha localizados na área administrativa e centro comercial da capital, e no entorno de praças como Praça Marechal Deodoro (Praça da bandeira) e Praça Pedro II (ver figura 01), o que trazia a imagem de favelização e áreas ociosas, visto que ocorriam muitas brigas, e que estes locais eram utilizados para reunião de políticos importantes da época.

Segundo Toni Rodrigues em entrevista ao site Capital Teresina, a ordem do Estado Novo era urbanizar a qualquer custo, acabar com as casas de palha (ver figura 02) para promover o saneamento. Não houve diálogo com ninguém em nenhuma capital, logo em todas as capitais se presenciaram atrocidades em justificativa da urbanização, logo em Teresina, a solução encontrada por Evilásio Vilanova, principal responsável por tais acontecimentos na época era incendiar as casas de palha, tornando o fato

sistematizado.

O Brasil passa por uma grande reforma urbana ainda no final do século XX, inspirado na *Belle Époque*, modelo francês que tanto na arquitetura como nas formas de sociabilidades urbanas é conhecido através de seus projetos de remodelação dos grandes centros urbanos, oriundo do êxodo do homem do campo para as cidades com esperança de melhores condições de vida; quando essas cidades passam a demandar mais serviços básicos de habitação, saúde, emprego. Acontece um *boom* populacional nas capitais brasileiras, a migração para a cidade é fator decisivo para o inchaço destes aglomerados urbanos, que não previam tal fenômeno.

Teresina, indiferente de outras capitais que para a época também visavam tais planos de reformulação da cidade, também tem documentado os fatos que mostram a relação poder público e populares da capital piauiense, que por meio da imprensa, descrições de cronistas e jornalistas locais se registrava as mudanças que a cidade passava, projetando ao público externo e desconhecido a imagem de uma capital de oportunidades, enfatizando a receptividade do povo teresinense, que não só se fez por meio da imprensa, mas também com divulgação maciça do poder público, por meio de realização de obras de infraestrutura e de obras de grande porte para a capital piauiense, como a reforma e embelezamento da Avenida Frei Serafim, uma das mais importantes vias de tráfego da cidade, a construção do estádio Governador Alberto Tavares Silva “Albertão”, com capacidade para 60 mil pessoas.



Figura 02 – Vista da ponte Juscelino Kubitschek com casas de alvenaria constituídas adobe, taipa e cobertura de palha.

Fonte: FUNDAC, 2014.

Visando não somente a recepção de pessoas para “Viver bem em Teresina”, o Governador Alberto Tavares Silva (1971-1974), implementa o projeto de construção de um Distrito Industrial na zona sul da cidade, o qual se intencionava um crescimento

estruturado para a capital, deficiente no setor industrial, porém fica-se apenas no nível de desejo. Assim, as mudanças que ocorriam para modernização da capital, atraem mais pessoas humildes e empobrecidas, que residiam em cidades de pequeno porte, zona rural do estado do Piauí, ou vinda de estados próximos como Ceará e Maranhão, já que a capital de oportunidades tão difundida pela imprensa e poder público os deslumbravam com a perspectiva de melhores condições de vida. A capital piauiense com tamanha procura, acaba por se tornar um centro polarizador, nas áreas de saúde e educação, e centro da rotina administrativa do estado, nas esferas federal, estadual e municipal.

A população advinda das áreas rurais que migravam para a área urbana da capital piauiense foi o principal alvo das políticas restritivas segregacionistas, que acabaram por desmembrar essa faixa da população da cidade; com o objetivo de afastá-las de regiões mais urbanizadas das grandes cidades, criou-se uma situação de marginalização dessas pessoas, o que culminou na propagação de favelas por todos os centros urbanos. O estado, na impossibilidade de resolução dos novos problemas originados com o inchaço populacional das áreas urbanas, viu nas políticas segregacionistas a resposta mais rápida e econômica para adiantamento do que realmente importava aos seus segregados: as reformas dos grandes centros urbanos, “escondendo” a população menos abastada daquelas com maior status social.

A primeira configuração da malha urbana proposta por Conselheiro Saraiva já não atende mais as demandas da cidade, que cada vez mais passa a receber imigrantes que esperançosamente via na capital, oportunidades de trabalho, estudos e melhores condições de saúde, o que traz para a capital um crescimento desordenado, tendo que se expandir para além do rio Poti. Com o inchaço populacional motivado pelos imigrantes, o Estado decidiu priorizar a habitação como principal política pública da época, através da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, e que tal prioridade resulta na construção de inúmeros conjuntos habitacionais, resultando no espraiamento da malha urbana da capital. Em Teresina, são construídos cinco conjuntos habitacionais entre 1966 e 1969, geralmente localizados na zona sul, região que concentrava o maior número de conjuntos, e zona norte.

Com a migração da população de maior poder aquisitivo do centro de Teresina para os novos bairros em formação, Jockey Club e Fátima, presencia-se uma descentralização das atividades comerciais na capital, originando novos corredores comerciais a exemplo das avenidas Miguel Rosa e Barão de Gurguéia, ambas localizadas na zona Sul. Expõe também a limitação do centro urbano da cidade de atender toda a demanda que a população o exigia, o que influencia na caracterização da zona leste como um novo centro comercial associado ao uso de espaços definidos pelos altos preços e serviços especializados e específicos encontrados somente na região, em demanda de uma população segregada que podia ter acesso a estes serviços, expondo a divisão social por meio de status e poder aquisitivo na capital.

O bairro Jóquei iniciou sua formação a partir de 1952, com a escolha de um local,

na margem do Rio Poti, para a construção de um clube para a prática de corrida de cavalos, o que seria o embrião do Jóquei Clube do Piauí. Juntamente com o clube, surge o primeiro loteamento para residências urbanas nos terrenos em sua volta. Difundi-se, a partir daí a ideia de que morar na zona leste da cidade era símbolo de status social e econômico, justificando-se atualmente que o bairro representa o espaço da cidade com maior investimentos no setor imobiliário, em razão da demanda por moradia de luxo em locais privilegiados, que oferecessem conforto, segurança e lazer. Consequentemente afasta para a periferia os mais humildes que não possuíam a capacidade para inserção no status atribuído ao espaço urbano ali estabelecido na zona leste. Segundo Abreu (1983) a construção da habitação para as populações com maior poder aquisitivo é o principal objetivo do capital imobiliário.

As aristocracias tendem por instituição ideológica ao isolamento dos demais grupos sociais que formam a cidade, vivendo uma auto segregação, onde optam por viver em local fechado com maior segurança, onde acreditam assim, fugir da violência, que na concepção da classe é originada da população menos abastada da urbe. A imprensa também participa e colabora nessa ferramenta de segregação espacial da cidade, no momento em que em suas propagandas de construtoras transmite a ideia de maior segurança contra a violência que afeta a cidade na moradia em condomínio, vendo que a população que compõe a elite se dispõe a pagar por esta tipologia de construção.

A ADVERSIDADE DA URBANIZAÇÃO ACELERADA NA CIDADE DE TERESINA

Com a urbanização segregadora proporcionada pela especulação imobiliária nos bairros da zona leste, em ascensão e constante valorização, e as grandes reformas urbanas que fizeram por meio deslocar pessoas para outros bairros, surge a preocupação do poder público não só com a política habitacional, mas também ao correto uso do solo que viria a ser ocupado nos bairros das demais zonas da cidade, que estavam em plena evolução por meio dos projetos habitacionais do governo, que traziam importantes alterações na malha urbana.

O governo municipal começava a intervir no cenário urbano a partir de 1975, realidade que culminou com a elaboração do I plano Estrutural de Teresina (I PET) em 1977, que objetivava fazer um “zoneamento que dispõe sobre o parcelamento, uso e parcelamento, uso e ocupação do solo urbano de Teresina, preocupando em fixar padrões de densidades por zonas, mediante a definição das áreas de expansão e implantação do perímetro urbano” (SILVA, 1989, p.52). Plano este que colaborou para o disciplinamento do uso do solo, mas que principalmente como ferramenta de equipar os recém-criados conjuntos habitacionais com infraestrutura necessária para dignidade de moradia aos menos favorecidos da capital, e que consequentemente tais serviços atingiram a periferia da cidade. Como consequência de fatores externos e internos à cidade, pleno desenvolvimento segregacionista da zona leste em constante expansão e desenvolvimento, e falta de infraestrutura básica e conjuntos habitacionais

e bairros adjacentes a estes, surgem as primeiras favelas da capital.

Os conjuntos habitacionais passam por uma mudança na década de 1980, na qual apresenta-se uma nova característica de moradia através de unidades residenciais de apartamentos, que já não ocupam espaços horizontais de grandes proporções na cidade, e que tem alterada a localização, não mais na periferia, mas em bairros que já haviam surgidos das políticas de habitação, porém estes já ofereciam maior infraestrutura comparada aos seus progenitores. Ao todo constroem-se 24 conjuntos habitacionais de apartamentos, os mais importantes localizados nas zonas Leste, Sul e Norte, a exemplo do Itararé, Promorar e Mocambinho, respectivamente. O processo de descentralização do comércio se intensifica, gerando um espraiamento em todas as direções da cidade, trazendo os mais variados impactos para cada região e sua população. O centro passa por um momento de revalorização daquele que sempre foi o maior motivo de movimento e ocupação em sua zona, o comércio, enquanto que surgem novos corredores comerciais na cidade, localizados em grandes avenidas, a exemplo da avenida Nossa Senhora de Fátima que tem emergido em sua via pequenos shoppings centers.

A cidade que já possui suas favelas e que, nesta época, tal processo de favelização ganha mais ênfase, já que cada vez mais os grupos menos abastados eram excluídos de qualquer forma para contribuir na elaboração de um planejamento correto e que fosse de acesso a todos, independentemente de região. Em tal contexto de indignação frente a exclusão social, surgem os primeiros movimentos de luta em defesa da moradia, através de organizações não governamentais, associações de moradores, lideranças políticas etc.). A luta por moradia chega aos olhos dos governantes, que em 1988, através da esfera municipal elabora o II Plano Estrutural de Teresina (II PET). Com o mesmo intuito do PET I, acaba tendo um enfoque na tentativa de solução para o problema de favelização, que cada vez mais se via crescente o número de favelas na capital, frente ao desenvolvimento de áreas nobres, o que acaba por trazer mais uma fragmentação ao espaço urbano de Teresina. O II PET instrui a expansão da cidade em direção à Zona Leste, tendo como razão

(...) o conflito com o rios, as restrições à ocupação na Zona Sul (áreas de topografia acidentada e de proteção do manancial de abastecimento d'água) e a grande concentração de lagoas e áreas alagadiças na zona Norte da cidade, é indicada a prioridade de ocupar a zona Leste da cidade, no sentido de se retirar o máximo de funções urbanas do espaço entre rios, diminuindo futuras despesas com serviços de infra-estrutura de grande porte para transposição dos mesmos. (Perfil de Teresina, 1993, p.38).

O II PET acaba por definir além da orientação de expansão da cidade, uma nova definição da organização territorial de Teresina, a demarcação em 108 bairros, por meio da Lei nº 1.934 de 16 de agosto de 1988, através de cinco zonas administrativas: Centro, Norte, Sul, Sudeste e Leste; antes somente existentes as zonas Centro, Norte, Sul e Leste, sendo a zona Leste fragmentada em zona Leste e Sudeste.

Nos primeiros anos de 1990 consolida-se o processo de verticalização na cidade de Teresina, a capital expandia-se em todas as direções, o poderio municipal presenciando tal fato que já não se era tão incomum, publica as leis n^os 2.264, 2.265 e 2.266 de 16 de dezembro, definindo a ocupação do solo urbano, o uso do solo urbano e o código de obras e edificações de Teresina, que tem forte contribuição no fortalecimento da consolidação da verticalização na cidade, e que teve total apoio dos agentes do setor imobiliário, já que na ambiência da recente lei, ampliam seu nível de organização.

Posteriormente com a cidade em constante crescimento e a formação de novos bairros, e conseqüentemente novas periferias, o poder público institui intervenções no intuito de dimensionar a expansão de vilas e favelas na cidade de Teresina. Em 1993 a Secretaria Municipal de Trabalho e de Assistência (SEMTAS), aliada a Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí (FAMCC) e a Federação das Associações de Moradores do estado do Piauí (FAMEPI) elaboraram o I Censo de Vilas e Favelas de Teresina registrando “(...) 141 áreas consideradas vilas, favelas ou similares, com 14.077 moradias que abrigam 14.542 famílias, envolvendo 67.503 pessoas que constituem 10,52% da população do município” (Censo de Vilas e Favelas (I), Teresina, 1996, p.16)

Segundo o IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) em seu documento Vila Bairro: habitação, infraestrutura e erradicação da pobreza em vilas e favelas que se faz um estudo de caso sobre o projeto Vila Bairro, projeto de autoria do prefeito Firmino Filho(2017-2020) que visava urbanizar vilas e favelas, no qual expõe o conceito de vilas como áreas de ocupação irregular do solo, caracterizadas, inicialmente, pela ausência de infraestrutura e precariedade da construção dos domicílios, mas que apresentam condições para a regularização fundiária e urbanização. Ao diferenciar que favelas já são aglomerados humanos situados em área de ocupação irregular do solo, que se caracterizam pela precariedade da construção de moradias e ausência de urbanização e saneamento, áreas de risco impróprias à moradia, demandando por parte do Poder Público Municipal a remoção das famílias para áreas adequadas de reassentamento.

Na zona leste, com o surgimento de shoppings centers que oferece serviços específicos acessíveis somente a este segmento da população, nota-se uma migração das áreas de concentração dos edifícios residenciais e comerciais de luxo para a região destes novos empreendimentos e em seus entornos, que anteriormente localizados na região do Centro, ao mesmo tempo e em contrapartida, ampliam-se as áreas residenciais de baixo poderio social como resultado de conquistas da população ligadas as lutas por melhores condições de habitação, como a Vila Irmã Dulce, na zona Sul em 1998. Segundo Façanha (2003) a conquista da moradia ocorrido na Vila, foi uma conquista coletiva e de posição de destaque na história e na configuração da malha urbana da cidade na qual a ordem social foi alterada em defesa da moradia, da terra, cidadania e da vida. E posterior a esta conquista o espraiamento horizontal

se fortalece nas zonas Norte, Leste, Sudeste e Sul, ampliando o tecido urbano, contabilizando 25 conjuntos habitacionais construídos na década de 1990.

Em 1999, o poder público realiza o III Censo de Vilas e Favelas objetivando atualizar os dados já existentes nos Censos anteriores e avaliar os impactos das políticas públicas implantadas pelo poder local em relação ao Projeto Vila-Bairro. O Censo registrou a existência de 117 vilas, 24 favelas e 9 parques e residenciais, com um total de 38.852 famílias e uma população de 133.857 habitantes, ocupando 37.820 domicílios. Um aspecto importante é a tentativa de regularização de lotes urbanos promovido pelo poder público municipal. Em 1998 ocorreram 1.721 e em 1999 chegou-se a 2.686 emissões de títulos de posse. (FAÇANHA, 2003)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O retorno ao passado, as suas características, com personalidades históricas, fatos sociais, faz-se necessário para o entendimento do desenvolvimento da cidade de Teresina, que aliado ao presente e às suas configurações atuais e o modo de desenvolvimento na qual a cidade progride no campo do urbanismo, infraestrutura, social e político, cria um direcionamento, que além de estudo se torna uma ferramenta contributiva para o adequado desenvolvimento social, no correto desenvolvimento da cidade: questão bastante presente da criação da capital e presente aos dias contemporâneos, seja na habitação, seja na política de fortalecimento as questões sociais, ou problemas da favelização.

A participação popular se faz cada vez mais presente em questões, problemáticas urbanas, pois são estes agentes que vivem a cidade, a sentem e a interpretam em seus mais variados espaços e usos de acordo com a região, cabendo justamente ao estado federal, estadual e municipal inserir a população nessas decisões que influem na vivencia da cidade, cidade para as pessoas e pelas pessoas, que independente de classes sociais, devem ser ouvidas, não sendo julgadas pelo local onde residem, ou pelo modo como a sua moradia é feita.

Além de necessário observar que a verticalização da cidade de Teresina está intimamente ligada à agentes do mercado imobiliário, que vendem construções de habitações para a população com maior poder aquisitivo, em locais fechados, em um processo próprio de “auto segregação, colaborando com a associação da violência na cidade com a vinda do menos favorecido, sua permanência na cidade enquanto privado de boas condições de vida e acesso a emprego e manutenibilidade de sua família.

A verticalização na zona leste trouxe consigo uma nova modelagem na malha urbana, e no espaço através da moradia em grandes edifícios, mas que com isso inicialmente de maneira desordenada se viu como mera ferramenta lucrativa por parte do mercado imobiliário, a qual geraria uma disputa por tais espaços que por denominação

de mercado eram símbolos de poder, e luxo, status social. A verticalização iniciada na zona leste da cidade de Teresina, incentivou o estado em solução de problemas como a favelização e o próprio déficit habitacional gerado pelo *boom* populacional que a cidade sofreu com a vinda de imigrantes de estados como Ceará e Maranhão. As políticas públicas adotadas para solucionar o problema habitação inicialmente, viriam a ser meras medidas que visavam afastar as favelas da vista das áreas nobres da cidade, assim afastando a população mais humilde para regiões mais distantes do centro da capital, e que não possuíam o mínimo de infraestrutura para habitação. Portanto é necessário analisar profundamente as mudanças que se fizeram no decorrer da história, para o entendimento e posterior percepção de como a segregação espacial dividiu a capital teresinense e influi no seu constante crescimento.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Giesse M. A; SOUZA, Antônio Jonas T. M. S; VIEIRA, Gustavo B. **A paisagem do centro de Teresina-PI e a indolência estatal ao patrimônio histórico**, 4 Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, Belo Horizonte, 2016.
- Censo das Vilas e Favelas (I)** – Secretaria Municipal de Trabalho e Assuntos Comunitários (SEM-TAC)/Prefeitura Municipal de Teresina, Teresina, PI, 1993.
- FAÇANHA, A. C. **A evolução urbana de Teresina: passado, presente e ...** Carta Cepro, Teresina, v. 22, n. 1, p. 59-69, jan/jun. 2003.
- IBAM, Instituto Brasileiro de Administração Municipal. **Vila Bairro: Habitação, infra-estrutura e erradicação da pobreza em vilas e favelas**. Rio de Janeiro, jun/2002.
- MACHADO, Paulo. **Teresina Post Card 1957/1977**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 1980.
- MONTE, Regianny Lima. **Vidas Incertas: o processo de modernização e segregação urbana de Teresina na década de 1970**. Instituto Federal do Piauí-Campus Teresina Zona Sul, Teresina, 2017.
- Perfil de Teresina** – PMT, 1993.
- SEMPPLAN. **Perfil dos Bairros: Regional SDU Leste, Bairro Jóquei**. Disponível em: <http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/J%C3%93QUEI-2016.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017
- SILVA, M. D. **Em busca da prevalência: padrões de relacionamento entre movimentos sociais urbanos e Estado, em Teresina**. João Pessoa: UFPB, Dissertação de Mestrado, 1989.
- SIQUEIRA, Felipe Ibiapina M. Ruben. **Roteiro Cultural para o sítio histórico de São Raimundo Nonato-PI: a arquitetura como instrumento de reconhecimento, valorização e preservação** (Monografia). Instituto Camillo Filho, Teresina, 2015.

SOBRE A ORGANIZADORA

Anna Paula Lombardi - Possui graduação em Bacharelado em Geografia (2011) e Licenciatura em Geografia (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR. Mestre em Gestão do Território (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Doutora em Geografia (2018) pela mesma Instituição. Bolsista Capes pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior realizado na Universidad Autónoma de Ciudad Juárez/Chihuahua/México pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo no Doutorado em Estudios Urbanos (2017). Conhecimento na área de Geografia e Ensino de Geografia. Atua principalmente nas áreas de espaço urbano, Planejamento Urbano, sociedade; práticas sociais, grupos de minorias, políticas públicas e os estudos da Geografia da Deficiência (the Geography of Disability). Trabalhou como Professora/formadora na UAB no curso de Licenciatura em Geografia pela disciplina de (OTCC) Orientações de trabalho de conclusão de curso pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Atualmente é Docente pela Faculdades CESCAGE e realiza Orientações e supervisões no curso de Especialização em História, Arte e Cultura a distância pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-050-6

